

ORDEM DO DISCURSO E EDUCAÇÃO: SEXUALIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRÍCULAR

Bruno Cactano FELIPE DA SILVA

Orientadora: Maria Viviane do Amaral VERAS

RESUMO: A discussão deste trabalho se dá em torno do apagamento dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” no texto que compõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de forma a reconstruir o discurso parlamentar, em seus pronunciamentos e projetos de leis. A análise de tais projetos que transitam em nosso legislativo permite afirmar que está em ascensão, no Brasil, um fascismo velado. Coberto por uma capa do diálogo, o sexo é instrumentalizado para sujeitar corpos a um determinado regime de inteligibilidade e padronização do desejo. Ao censurar determinados léxicos no discurso jurídico (que regula, constroem, pela linguagem, relações hierárquicas de poder. Assim, ficamos com a questão: nesse contexto, que relação é possível entre os (não)dizeres e os afetos sociais?

Palavras-Chave: Sexualidade; Gênero; Violência; Políticas educacionais; Política linguística.

A colocação em pauta do projeto da “Cura Gay”, PL 867/2015 (projeto de lei “Programa Escola sem Partido”), e a ascensão de figuras públicas como Marco Feliciano (PSC), Jair Bolsonaro (PSC) e do golpista Michel Temer (PMDB) no cenário político brasileiro me instigam a escrever sobre violência, com foco na violência de gênero. Esses novos “mitos”, ora com seus discursos agressivos ora impondo ações legislativas, incitam, cada vez mais, o ódio a determinados grupos sociais. Seus discursos com foco na “moral” e nos “bons costumes” pregam o ideal “cidadão de bem”, modelo a ser seguido, religiosamente, em seus hábitos, práticas, prazeres e modos de gozo.

O objetivo deste trabalho é atar alguns eventos dos últimos anos da política brasileira, que afetam diretamente o Plano Nacional de Educação (PNE), para traçar uma pequena história da censura em torno da sexualidade no Brasil e de seus impactos na vida cotidiana. A discussão tem como foco a retirada dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” no texto que compõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, para reconstruir o discurso parlamentar, em seus pronunciamentos e projetos de leis, busca-se pensar as movimentações parlamentares que, por meio da censura, constroem os sentidos que circundam as palavras no meio urbano: corpo, sexo, natureza.

É possível que nos cause hoje certa estranheza pensar que tanto homens quanto mulheres já partilharam do mesmo corpo e que as partes anatômicas dos dois sexos eram tão similares aos olhos da ciência que, muitas vezes, eram referidas pelo mesmo

nome¹. Durante muito tempo (séculos II a XIX, pelo menos), os corpos foram considerados de formas diversas: o corpo da mulher como uma inversão do corpo masculino; corpos não irreversivelmente separados por um estatuto anatômico, biológico; sexos distinguidos por fatores mensuráveis e comparáveis como, por exemplo, maior quantidade de calor no macho e menor na fêmea, disposição à passividade maior em um do que no outro, a forma como os fluidos corporais eram mantidos em equilíbrio.

Não se tratava, porém, de um espelhamento irreversível dos corpos. Acreditava-se que pessoas nascidas como homens e que ocupavam posições sociais tidas como femininas podiam “perder a rigidez e definição dos seus corpos perfeitos, e regredir para a efeminação” (Laqueur, 2001, p.19), ou o inverso: meninas se tornavam meninos, como no caso, relatado por Montaigne², de uma menina que, correndo atrás de porcos, expurga seu pênis para fora do corpo tornando-se menino. O sexo era único, partilhado por corpos masculinos e femininos, estes inferiores àqueles. As mulheres seriam uma versão imperfeita do que seria para fora, como escreve Galeno³. No modelo do sexo único, a distinção entre homens e mulheres se dava no âmbito de seus hábitos, o sexo não era fixo e sim a identificação corpo / posição social.

Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis. (Laqueur, 2001, p.19)

Por mais estapafúrdias que tais afirmações possam parecer para pessoas do século XXI, tal modelo perdurou até por volta do início do século XIX. E muito foi investido na conservação de tal crença; corpos foram abertos e analisados, tratados filosóficos, políticos e médicos foram escritos sobre o assunto. Se o modelo do sexo único certa estranheza, talvez nos perturbe mais o espírito analisar o lugar que prazeres e práticas sexuais têm ocupado na sociedade ocidental, ou melhor, o deslocamento dos prazeres na história da episteme ocidental.

1. Cf. Laquer, 2001, cap. 2 – Destino é anatomia. O título desse capítulo faz ecoar a famosa e até hoje discutida declaração freudiana: “a anatomia é o destino”. Aristóteles usa as palavras grega períneos para se referir tanto ao pênis, ao escroto e à área “dentro da coxa e nádegas” nas mulheres. Em termos gerais, utiliza a ideia para referir-se ao pênis mas o plural, *aidoia*, é utilizado para designar as “partes vergonhosas” (p. 46).

2. Trata-se do ensaio XXI, “Da Força da Imaginação”, recontado por Laqueur e recriado em 2015 pelo grupo teatral Cia Livre. A peça foi encenada no Teatro da USP. Ver <http://www.usp.br/tusp/?p=2897> Acessado em 9 de outubro de 2017.

3. Para Galeno, a mulher era como a toupeira que apesar de possuir, nos olhos, a mesma estrutura que os outros animais é cega; a mulher, mais perfeita que outros animais, possuía o corpo inferior ao homem pois seriam “a vagina um pênis eternamente precário e por nascer, o ventre um escroto mirrado, e assim por diante” (Laqueur, 2001, p.44)

“Do erotismo, é possível dizer que ele é a aprovação da vida até na morte” (Bataille, 1987, p. 10). Com essa frase, George Bataille traduzirá uma especificidade da espécie humana. O erotismo é exuberância de energias vitais, que poderia ser usado para a reprodução da espécie, mas é desperdiçado em uma busca que foge aos domínios da razão. O erótico, na busca do prazer, joga com a relação vida e morte, é o desequilíbrio no sistema racionalista. No confronto com as leis naturais de preservação do indivíduo, um gasto energético que não busca nem o desenvolvimento do ser nem a preservação da espécie. Um desperdício incondizente com a lógica produtiva do trabalho.

A estruturação da lógica da produção impôs ao sujeito leis e regras que ensinam calcular e quantificar a vida em uma relação entre energias gastas e objetivos alcançados. Organizando as atividades do homem, o trabalho impõe aos prazeres leis de entendimento da razão calculista. A lógica do trabalho não condiz com o erótico, uma vez que desvincula o utilitarismo racionalista do prazer do valor mensurável, em que cada momento é um cálculo de perdas e ganhos, prazeres e desprazeres. A natureza utilitarista do trabalho é impeditiva à natureza improdutiva do sexo; o erótico deve ser banido para que impere a ordem produtiva.

Até o início do século XVII, ainda existia certa franqueza sobre o sexo, “as palavras eram ditas sem reticências excessivas” (Foucault, 1988, p.9), os corpos “pavoneavam” (Foucault, 1988). Desse século em diante inicia-se um longo processo de construção da sexualidade. O que é da ordem sexual é moldado pelos discursos médico, biológico, moral, religioso e político. O sexo é encurralado na função exclusivamente reprodutiva, condicionado e condicionando a proliferação da espécie, com suas leis, normas e moral específica. Quando a população passa a se tornar um problema para a economia e para o crescimento da ordem burguesa é imperativo o controle de sua taxa de crescimento, de suas maneiras de existir e de sua distribuição territorial. O pudor burguês que recobre o espaço urbano recolhe corpos a regimes de comportamento, de organização, classificação e de descrição da vida sexual primordial para a constituição dos indivíduos, uma nova moral recai sobre os prazeres improdutivos.

As atividades sexuais devem, agora, buscar a reprodução e, de preferência, serem consumadas pelo casal heterossexual-monogâmico, resumindo, assim, o discurso do sexo ao produtivismo. Dominar o sexo a partir desse momento seria mais difícil. Novos dispositivos de controle materializam-se nas ruas, ruelas e avenidas. Nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. Circula um discurso não de condenação do sexo mas para que seja inserido “num sistema de utilidade, regular para o bem de todos, [de forma a] fazer funcionar segundo um padrão ótimo.” (Foucault, 1988, p. 27). Não se julga o sexo. O sexo se administra. Nessa chave, o espaço urbano é tomado por uma política de controle do sexo. Como se para dominá-lo fosse preciso intervir em sua

circulação. O discurso do sexo faz seu randevu pela cidade, sob a capa da linguagem, silenciado.

O surgimento da ordem burguesa destina o sexo a um lugar muito específico no espaço urbano, recluso às atividades do quarto do casal heterossexual, centro da estrutura familiar. As atividades sexuais, reclusas nesse espaço fecundo e utilitário, devem buscar a reprodução, e todo o prazer estéril deve ser reprimido, seja essa repressão jurídica, religiosa ou física. Se a sociedade burguesa devesse fazer concessões ao sexo ilegítimo, que estas recaíssem numa rede de lucro, como em prostíbulos e casas de saúde. Isolados e passíveis de rotulação como prostituta, cliente, cafetão, histórica, invertido e outros títulos que os demarcassem fora da regra da normalidade. O sexo que ocupava com certa tolerância o espaço urbano até o século XVII, com o aparecimento da burguesia e o desenvolvimento do capitalismo, é engendrado pelo sistema produtivista.

Uma nova política de domínio social tece uma rede difusa de discursos com seus dispositivos próprios de controle dos corpos, das paixões, desejos e modos de gozo.

Instiga-se a revelar as práticas sexuais em seus mínimos detalhes, não se silencia o sexo, mas ele é colocado sob rasura no nível da linguagem: controle das enunciações do sexo; policiamento de quem fala sobre sexo, onde fala, que palavras são proferidas. O pudor moderno, por intermédio de proibições, produzira um “mutismo que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura.” (Foucault, 1988, p.21), abertura ao sexo no espaço urbano paulatina e controlada. A escola se abre à educação sexual, há um aumento na taxa de confissões ao ano, a clínica médica ganha espaços em rádios, jornais e revistas para discutir a sexualidade. Regula-se “num sistema de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (Foucault, 1988, p. 27), os conhecimentos sobre o sexo. A política de controle do sexo sofre uma alteração em seu paradigma, não se reprime mais o sexo. Trata-se agora de administrá-lo.

Uma polícia do sexo controla onde falar, para quem falar, e como se fala dos prazeres e hábitos sexuais. Regime de vigília constante dos próprios desejos e dos de outrem. Torná-los racionais para torná-los discursivos, torná-los discursivos para torná-los racionais. “Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito (Foucault, 1988,p.27). O sexo é, portanto, engendrado em uma ordem utilitarista: o que é da ordem do sexual deve ser subtraído da esfera social; o sexo estéril é condenado ao desaparecimento, deve-se apagá-lo da ordem urbana nos atos, nas palavras, e entre suas novas formas de controle: no enunciado. Não se trata mais de reprimir o sexo e o desejo mas de tomá-lo na forma do discurso, como se a necessidade do controle dos prazeres que perambulam na sociedade fosse intimamente relacionada a falar sobre o que é da ordem do sexo, em seus mais íntimos detalhes. Uma nova política de controle populacional emerge, e faz-se

necessário o controle dos corpos, dos hábitos e dos prazeres em prol do desenvolvimento da sociedade. Como aponta Foucault, “através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo.”(Foucault,1988, p.29).

Para tal controle, é necessário saber sobre o sexo, submetê-lo a uma ordem racional de modo a fazê-lo funcionar sob um regime econômico de desenvolvimento populacional. Falar é falar é falar. Dizer o sexo, dizer do sexo, de maneira a confessar atos, pensamentos e práticas; não deixar escapar os mínimos detalhes. Conhecer para saber. Uma vontade de saber sobre o sexo, os momentos de prazer, suas formas e desejos, no sexo há a verdade sobre si. O sexo torna-se um dispositivo de manutenção de certa ordem social, um regime de controle do corpo, correlacionando no discurso, poder, saber e sexo. A sexualidade.

A necessidade de tornar público o sexo é perpassada por uma política de controle da linguagem e dos corpos, produzindo o efeito de banir, na linguagem, desejos sexuais não produtivos. A modernidade foi um longo processo histórico de construção das formas dos desejos. O mercado dita os modelos de corpos a serem seguidos, “Fique nu...mas, seja magro, bonito, bronzeado” (Foucault,1996, p.147). A escola se abre à educação sexual e a clínica médica ganha espaços em rádios, jornais e revistas para discutir a sexualidade. A sociedade de consumo molda os usos dos prazeres pela lógica do mercado, pelo ideal do corpo saudável, do corpo viril, ativo e reprodutivo. Os modos de gozo são administrados.

Desse jogo de ditos e não-ditos fez-se história, e também silêncios. Os modos de controle que se organizam pelo interdito dos prazeres e articula-se pela internação de corpos: “a lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e demutismo” (Foucault, 1988, p.82) em cada sociedade do sexo, seus regimes de disciplinas dos corpos e controle dos prazeres. Tipos de discursos que cada sociedade aceita e faz funcionar como verdadeiros mecanismos que permitem distinguir entre sanidade e histeria, o asséptico e o acético, o asceta e o trans-viado. As novas perversões nortearam e norteiam os limites da fala e seus significados, e os prazeres são disciplinados em uma complexa ordem discursiva. A produção do discurso do sexo “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (Foucault,1970,p.8)

Estruturados em conjuntos de métodos, regras e definições, e na distribuição de medicamentos, de laudos médicos e psiquiátricos, os sistemas de exclusão nascem no discurso: “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade” (Foucault, 1970, p.18). Nesse discurso, institucionalizado e violentamente aplicado contra os corpos interditos, o silêncio delimita os significados possíveis das palavras, sentidos e corpos.

Exclusão dessas mil sexualidades aberrantes? Não exatamente, mas especificação, solidificação regional de cada uma delas. Trata-se, ao disseminá-las, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo. (Foucault, 1988, p.44)

Os mandamentos biológicos ditam as normas, as Tábuas da Lei as confirmam. O sexo é enredado em uma ordem do discurso que tem o cuidado de depurar o que se pode ou não mencionar. O poder nada pode contra o sexo a não ser estabelecer seus limites. Limites dados e reforçados por discursos médico, religioso e político, institucionalizado no legislativo, no sistema penal e nas escolas. Em torno da sexualidade circula um duro censor que dita o que pode existir e o que deve morrer. Censuradas, essas questões demarcam as movimentações do sentido de normalidade na sociedade. E para isso, as modificações jurídicas estão à disposição.

Questiona-se o homossexual com uma vontade de saber a verdade sobre seu corpo. As instituições hospitalares, a ordem psiquiátrica e a estrutura educacional repetem o mesmo discurso, disciplinando corpos e condutas. Hábitos são moldados, corpos são disciplinados, vozes são silenciadas. Em nome da moral, da segurança e da higiene. Uma nova reforma política, sanitária e educacional, profetizada nas palavras médicas e fundadas nas regras do “verdadeiro criador da higiene mental”⁴ é aplicada. Decide-se quem vai ou não ter acesso a tal ou tal discurso, o vazio de (in)significante é preenchido por significados, nenhuma região do discurso está aberta a todos. Vazios discursivos são preenchidos por signos sem (in)significantes.

*

As décadas compreendidas entre 1930 e 1945, no Brasil, foram marcadas pelos planos desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e seu Estado Novo, com a política higienista. Incitam-se políticas de progresso econômico, social e educacional, moldando a Ordem e o Progresso para o “novo homem brasileiro”. O cenário político se prepara para o (re)direcionamento rumo ao Desenvolvimento. Às custas de políticas públicas e movimentações parlamentares, os males de um “Brasil doente” (GASPARINI, 1942 apud EDUCAÇÃO, 2011) são apagados. É o Progresso que chega. Inaugura-se “uma nova política...a política sanitária”(GASPARINI, 1942 apud EDUCAÇÃO, 2011)Do lado do discurso médico, das palavras do professor, os braços do bedel enchem vagões e vagões rumo “ao campo de concentração brasileiro”⁵, o Hospital Barbacena. Cidades higienizadas, asilos lotados.

Inaugurado em 1903, o maior manicômio do Brasil, situado em Barbacena, Minas Gerais, apresenta em sua caderneta de poupança os maiores lucros. Entre os anos de 1930 e 1980, contam cinco mil internos, dezesseis mortos por dia, 30% de diagnosticados com

4. Jesus de Nazaré (GASPARINI, 1942 apud EDUCAÇÃO, 2011).

5. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-07-12/holocausto-brasileiro-60-mil-morreram-em-manicomio-de-minas-gerais.html>

doença mental e um genocídio de sessenta mil loucas, invertidas, transviados, gays, putas e comunistas escalvados e uniformizados, produtos de uma fábrica moral.

Foi o momento mais dramático. A partir de 1930, os critérios médicos desapareceram. Em 1969, com a ditadura, o caso foi blindado. Não gosto de chamar assim, mas (entre 1930 e 1980) foi um período negro. Foi criado para atender pessoas com deficiência mental, mas acabou sendo usado para colocar pessoas indesejadas socialmente, como gays, negros, prostitutas, alcoólatras <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-07-12/holocausto-brasileiro-60-mil-morreram-em-manicomio-de-minas-gerais.html>

Orelato citado é de Daniela Arbex, autora do livro “Holocausto Brasileiro”, livro-reportagem sobre o Manicômio de Barbacena, apresentando-o como instituição médica de poder jurídico-legislativo.

Durante o Estado Novo, o cargo de ministro da Educação e Saúde foi ocupado por Gustavo Capanema (PSD). Ideologicamente próximo ao ministro da justiça, Capanema implementa a chamada Reforma Capanema, projeto eugenista de Vargas no sistema educacional e na saúde, buscando reorientar políticas de Educação e Saúde no país. A Higiene Pública era o “Templo onde se prega nova religião: a do saneamento do Brasil” (GASPARINI, 1942 apud EDUCAÇÃO, 2011)

O médico Savino Gasparini, membro da equipe técnica do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do Ministério da Educação e Saúde (MES), profere uma série de palestras na rádio Tupi-RJ sobre o tema de Educação e Saúde. O novo projeto de escola prima pela higiene, segurança, educação, conforto e silêncio, retirando o ensino “fastidioso de línguas defuntas” (GASPARINI, 1942 apud EDUCAÇÃO, 2011) em prol do ensino das ciências físicas e naturais.

Um máximo de base física saneada mais um máximo de saúde, mais um máximo de instrução, mais um máximo de educação, mais um MÁXIMO DE „PRODUÇÃO“, mais um máximo de circulação igual ao um máximo de UNIDADE ECONÔMICA e, portanto, um máximo de Unidade Política. (GASPARINI, 1942 apud EDUCAÇÃO, 2011)

*

O homoerotismo foi considerado patologia até a década 1990, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira a homossexualidade da lista internacional de doenças. Em 22 de março de 1988, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), “após examinar denúncias sobre a ocorrência de práticas de “tratamento da homossexualidade” por profissionais de Psicologia” no Brasil, lança a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº1/99, trazendo os seguintes artigos:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Passados doze anos da vigência da resolução, em 2011, o deputado federal Pastor João Campos (PSDB)⁶ protocola o projeto de decreto legislativo que ficou conhecido como “Cura Gay”, com a pretensão de vetar os artigos três e quatro da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº1/99. Segundo o pronunciamento⁷ do autor do projeto na Comissão de Seguridade Social e Família, tais artigos, apresentados pelo Conselho, restringem a ação profissional do psicólogo, além de ferir “o princípio da isonomia”, “o princípio da autonomia profissional” e “o livre arbítrio do ser humano, do paciente, de procurar um profissional”.

*

Mais recentemente, no dia 15 de setembro de 2017, novamente a resolução do Conselho Federal de Psicologia é colocada no banco dos réus. Desta vez, a Corte Eleitoral revoga os Artigos 3º e 4º.

*

Em 2010, o presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, lança seu projeto de lei. O PL 7382/2010 cunha o termo “heterofobia” para significar agressão, ato violento ou formas de discriminação contra pessoas heterossexuais.

Art. 2º O Poder Executivo, dentro de sua esfera de competência, penalizará os estabelecimentos comerciais e industriais e demais entidades que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminem pessoas em função de sua heterossexualidade ou contra elas adotem atos de coação ou violência.

O autor justifica,

Em geral, essa imposição constitucional tem sido pensada, principalmente, como um mecanismo de defesa de minorias. Não se pode esquecer, no entanto, que maiorias também podem ser vítimas de discriminação – e que as políticas públicas antidiscriminatórias não podem simplesmente esquecer-las.

6. Atualmente o deputado é filiado do PRB, mas foi eleito pelo PSDB.

7. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5msbRL3WAoY> Acessado em 12/09/2017

*

No dia 23 de Março de 2015, agora em momento de articulação de outro golpe político e no período do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, foi apresentado à Câmara dos Deputados, pelo deputado federal Izalci Lucas (PSBD), o projeto de lei que incluiria, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. O projeto de lei se espelha em um anteprojeto de lei elaborado pelo movimento Escola sem Partido. Em seu website o movimento traz materiais que ensinam sobre os deveres dos professores, sobre técnicas para “flagrar o doutrinador”, além de cartilha de perguntas e respostas sobre o programa. A justificativa da necessidade da criação de uma lei de coibição à atividade docente é “Para coibir a doutrinação e a propaganda política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos”. Ao ter o projeto apresentado, a bancada evangélica declara-se aliviada, pois, com tais mudanças, segundo o deputado federal pastor Marco Feliciano (PSC-SP), agora “os pais poderão descansar, pois o Estado não vai interferir na educação de seus filhos” (Folha Gospel).

Imerso em um conjunto de ações sistemáticas contra uma educação plural e aberta à diversidade, o projeto de lei veta determinados assuntos e posicionamentos políticos da sala de aula. Sob o discurso da “neutralidade política, ideológica e religiosa”, e dos princípios éticos e jurídicos da atividade docente, a fim de evitar “abusos da liberdade de ensinar”, veta “a prática de doutrinação política e ideológica” (PL 867/2015) bem como a veiculação de materiais que “possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Deste conjunto de ações uma é de notável interesse à produção deste texto. Refiro-me aos soturnos “ajustes finais de editoração/redação” que a Base Curricular Nacional sofreu.

Referência em todo o país para a formulação dos currículos dos sistemas e redes de escolas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta uma política nacional de Educação Básica e visa a contribuir para o alinhamento das políticas de educação em âmbito nacional, estadual e municipal. Dessa forma, “[a] BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (BNCC, p7).

Tal documento pretende ser balizador da qualidade da educação, isto é, garantir o direito dos alunos a aprender e a se desenvolver tornando-se sujeitos capazes de contribuir para o desenvolvimento pleno da cidadania. Também, a BNCC aponta como seu principal papel definir os direitos e objetivos de aprendizagem essenciais a serem alcançados por todos os alunos da educação básica, em busca da construção de uma

igualdade na educação aberta à pluralidade e à diversidade, de maneira a “reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza muitos grupos” (BNCC ,p.11)

A discussão sobre o projeto Escola sem Partido e suas interferências nas bases curriculares vem se estendendo desde 2014. Em sua terceira e última versão, entregue no dia 06 de abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) identificou redundâncias no emprego de termos identidade de gênero e orientação sexual, em parágrafos como

A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.

Após a edição, o documento é lançado suprimindo tais termos, sendo o parágrafo alterado para

a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.

A despeito de tal edição o MEC vem a público pronunciando-se

"O documento da Base Nacional Comum Curricular entregue ao Conselho Nacional de Educação preserva e garante como pressupostos o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos. A versão final passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias."

A discussão do projeto Escola Sem Partido cunhou, principalmente na boca da ala conservadora e retrógada da sociedade, o termo “ideologia de gênero”. Até agora discorreremos sobre a construção histórica da confusão (redundância?) entre gênero e sexo, que correlaciona papéis sociais ao corpo pré-construído nos pressupostos da biologia, avancemos então na discussão sobre ideologia.

O discurso da sexualidade, corroborado pela afirmativa do Ministério da Educação, articula o significado de sexo, como uma característica biológica definida na anatomia do corpo, a uma posição social ocupada por este. Posição construída através da história em que o político e o social são marcados pela disputa ideológica do entendimento do corpo. No que tange às condições de produção de um enunciado, procurarei mais adiante traçar algum paralelo entre a construção do significante gênero (no Brasil), levantando possíveis momentos históricos marcados por movimentações políticas na área da educação e saúde, ou seja, a memória que tais palavras acarretam e que permite o MEC tomar

como redundante o significado de sexo e gênero, antes porém, pensemos no conceito de ideologia.

É bastante saber mui esquematicamente que uma ideologia é um sistema (possuindo a sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade dada. (Althusser, 2015 [1965], p.204)

Adotando o conceito de ideologia proposto por Althusser, torna-se crucial para a discussão do termo "ideologia de gênero" entendermos o que poderia se considerar como a existência (material) da ideologia e o seu papel histórico. Ora, revelar sua existência não se mostra uma tarefa muito fácil pois por mais óbvio que uma ideologia possa aparecer nas formações discursivas é justamente na sua obviedade que esta se faz presente, construindo, de forma profundamente inconsciente, uma determinação da relação "imaginária" do objeto com a posição "real" que este ocupa no "mundo", ou seja, é na ideologia que os homens expressam a maneira como vivem a sua relação às condições de existência. (Althusser, 2015 [1965], p.207)

Segundo Pêcheux (2009, [1975])

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, carácter material do sentido das palavras e dos enunciados

Entendendo a ideologia dominante em uma sociedade de classes como a ideologia da classe dominante (burguesa) e entendendo que para o funcionamento de uma sociedade de exploração capitalista é necessário garantir os meios de produção do capital (já nos dizia Marx "até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver nem um ano que seja" (Althusser, 1985, p.9), trilhemos nosso caminho (ideológico) na relação sexo, produção e reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, pensando no contexto da sociedade brasileira as condições que permitem a enunciação do Ministério da Educação.

Em uma sociedade burguesa-capitalista deve-se garantir a reprodução dos meios de produção, ou seja, para que uma empresa garanta sua existência é necessário um fluxo de caixa positivo, uma receita que custeie os gastos desta com a reposição de maquinários, de compra de matéria-prima para produção, cabe também, garantir que a baixa das vendas e as oscilações de mercado não abalem os fundos de caixa, outra preocupação vital é garantir o quadro de funcionários, ou seja, a reprodução da força de trabalho, garantida nas formas de sujeição ideológica do trabalhador. Diz-se de uma sujeição ideológica pois atua de forma constitutiva no indivíduo em seu modo de falar, pensar e interagir na sociedade, o que implica na necessidade de instituições que garantam a submissão

à ideologia dominante. Cabe agora discutirmos sobre tais instituições e sua atuação na sociedade de classes. Antes porém precisemos, dentro da tradição marxista, o que se entende como sociedade.

A famosa metáfora do edifício proposta por Marx estrutura a sociedade como uma base (infraestrutura) que sustenta os outros dois andares da superestrutura, o que permite inferir que é o econômico que sustém (e assim determina, pelo menos em última instância) o jurídico-político e a ideologia.

Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída pelos <<níveis>> ou <<instâncias>>, articulados por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (<<unidade>> das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que comporta em si mesma dois <<níveis>> ou <<instâncias>>: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.) (Althusser, 1985, p.28)

Apesar de a sociedade se representar como uma estrutura fixa, há um certo efeito de retorno, ou seja, um impacto dos andares superiores (da superestrutura) na base (assim como em um edifício os andares superiores determinam a estrutura que a base deve ser capaz de suportar em função do peso, oscilação, vibração, etc.), na sociedade há uma determinação do jurídico-político e da ideologia na classe operária que determinam e constituem aqueles que estão na base. Entenderemos, daqui em diante, tais instituições de dominação como aparelhos de Estado, em função da necessidade dominante (burguesa).

O Estado é uma <<máquina>> de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à <<classe>> dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (Althusser, 2015 [1965], p.31)

O Aparelho (repressivo) de Estado é determinante para a reprodução da exploração capitalista. Como nos lembra Althusser, "Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão <<funciona pela violência>>, pelo menos no limite." (Althusser, 2015 [1965], p.43), ora, cabe então discutirmos o que constitui o discurso do MEC em termos de sua especificidade e a que sujeito (sexual) ele se remete ao aproximar em um mesmo significante "identidade de gênero", "orientação sexual" e sexo. Voltemos a nossa análise da declaração dada pelo Ministério da Educação, em um primeiro momento é necessário esclarecer que entendo o Ministério como parte constituinte do Aparelho (repressivo) de Estado logo, a serviço da classe dominante.

Se nos recordarmos bem estávamos levando em diante a análise da sociedade em que a base da sociedade é a infraestrutura, determinação econômica, que sustém a superestrutura, composta pelo jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia. Bom, acabamos de retomar a ideia de Aparelho (repressivo) de Estado e de sua atuação (massiva) pela violência. Eis que somos levados a entender que o Estado é violento (violência das

práticas policiais, carcerárias e hospitalares) e o próprio direito é violento (o direito à greve, o direito à educação e o direito à saúde). Limito-me ao simples apontamento de que as formas de violência do Estado é a sua forma jurídico-política. Porém, parece-me necessário trazer outra contribuição althusseriana ao campo marxista e que complementa as formas de reprodução da dominação burguesa.

"Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (Althusser, 1985, p.43) entre os quais destaca-se, para esta análise, o Aparelho Ideológico de Estado (AIE) escolar (tanto escolas públicas quanto particulares). É importante ressaltar as distinções entre Aparelho (repressivo) de Estado e Aparelho Ideológico de Estado sendo que tal separação se dá na pluralidade de AIE enquanto se observa apenas um AE, de domínio inteiramente público por fim:

O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado <<funciona pela violência>> enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam <<pela ideologia>>"(Althusser, 1985, p.46)

A ideologia não tem uma história própria, o que equivale dizer que a ideologia está presente, de forma imutável, na história da formação das classes sociais, isto é, "a ideologia não tem história, pode e deve [...] ser posta em relação directa com a proposição de Freud segundo a qual o inconsciente é eterno, isto é, não tem história" (Althusser, 1985, p.75).

Dado que existe uma relação entre inconsciente e ideologia, considero válido aproximar a reminiscência da ideologia com a ideia freudiana de memória do inconsciente

Desde que superamos o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico - isto é, a sua aniquilação -, ficamos inclinados a assumir o ponto de vista oposto, ou seja, o de que, na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer - o de que tudo é, de alguma maneira, preservado e que, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo, a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz. (Freud, 1978, p.48)

"Talvez devêssemos contentar-nos em afirmar que o que se passou na vida que nem a ideologia nem o inconsciente são passíveis de uma aniquilação de seus resíduos, cabe a proposição de que algo do discurso político que constitui os AIE também são preservados e que sobre certas circunstâncias constituem os sujeitos em uma determinada sociedade, independentemente de sua época histórica. Há uma certa repetição da ideologia nos enunciados que torna recursivo certas imagens, conceitos, um elemento da memória que já se encontra ali, antes da enunciação, uma memória construída em lacunas,

as formulações-origem do domínio de memória ("a religião é o ópio do povo"); ("a crítica da religião é a condição preliminar de toda a crítica ..."), que podem fornecer os clássicos do

marxismo, e os discursos que trazem essas formulações, no imediatismo de uma retomada, sob a anulação da distância interdiscursiva que constituem os efeitos imaginários próprios do discurso direto, uma camada espessa de citações e de retornos ao interior de estratos discursivos que se interpõem entre a irregularidade do texto primeiro e o texto que o cita. (Courtine, 1999, p.19)

Assim sendo, o apagamento de significantes no discurso do MEC poderia nos remeter, de alguma forma, a uma memória já construída no imaginário do povo brasileiro? Enunciar que os termos “identidade de gênero”, “orientação sexual” e sexo são redundantes garante “o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos” ou remete a um “sempre já” do discurso sobre o sexo que restringe sua concepção e a concepção do corpo à uma condição determinada pela biologia?

Em uma das sessões na Câmara dos Deputados⁸ em que se discutia reforma na Base Nacional Comum Curricular, o deputado federal pastor Marco Feliciano defende seu posicionamento alegando que a "ideologia de gênero" na escola transformaria a instituição em uma fábrica de corpos amorfos. Enunciando a existência de corpos deformados, o deputado, afirma que há um grupo (social) que possui "forma", que detém algo como uma forma "verdadeira", "correta" sendo então os que não seguem tal padrão corpos fora da forma correta. Se temos um entendimento que o discurso é um campo de disputa política pela construção de um imaginário comum, que se realiza na língua, e que há certas condições que permitem enunciar certas formulações, suponho que o enunciado do referido deputado e do Ministério da Educação se inter cruzam em torno de uma significação (ideológica e a serviço da classe dominante) do sexo.

Eis que começamos a nos aproximar das teses althusseriana sobre a ideologia:

1- A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as condições reais de existência;

2- A ideologia tem uma existência material;

À Tese 2 acrescentaremos, junto de Courtine, “a ideologia tem uma existência material, o discursivo será considerado como um de seus aspectos”

Sabemos que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria de sujeito” (Althusser, 2015 [1965], p.99), atuando no indivíduo pela interpelação, porém como a ideologia é eterna, estes são sempre-já sujeitos. O que nos levaria a propor que, existindo uma ideologia de gênero,

8.Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LggaCkOCtkE&t=222s> Acessado em 09/07/2017

os indivíduos de uma determinada sociedade (brasileira, no caso) são sempre-já sujeitos sexuais, sujeitos que respondem a uma “voz sem nome” assujeitados a um “discurso de um Mestre que não ousa dizer seu nome.”

*

Com o controle do sexual, do erótico, é o poder que legisla sobre a vida. Com a capacidade de mandar matar e fazer viver, sujeitando corpos, aqueles que não se encaixam na lógica produtivista são contabilizados como dispêndios populacionais, e recebem o mesmo tratamento dado a qualquer outro resíduo de produção: são transportados às toneladas, incinerados, e seus restos vendidos (como o foram os ossos dos mortos no Manicômio de Barbacena) para evitar o consumo sem produção.

O erotismo é o que diferencia as atividades sexuais humanas das recorrentes nos demais animais sexuados; o erótico contradiz o poder por escapada simples preocupação de controle populacional. “A atividade sexual de reprodução é comum aos animais sexuados e aos homens, mas, aparentemente, apenas os homens fizeram de sua atividade sexual uma atividade erótica”, o erotismo independe, portanto, do fim da reprodução e é o que diferencia o homem de outros animais sexuados. O erótico restitui ao homem a possibilidade de um gozo não produtivo, um gasto desfavorável à economia dos prazeres, um jogo perigoso no limiar da vida ,tanto para o sujeito – em sua ilógica busca pelo gozo – quanto para o poder. As exigências de condutas e a racionalidade da sociedade impõem limites à busca de satisfação imediata dos impulsos imediatos que a violência do desejo determina. O direito ao gozo é restrito a poucos, aos transgressores a lei. Coberto por uma capa do diálogo, o sexo é instrumentalizado para sujeitar corpos a um determinado regime de inteligibilidade e padronização do prazer. O poder, ao censurar determinados léxicos de se inscreverem no discurso jurídico, constroem, pela linguagem, relações hierárquicas de poder. Das observações aqui expostas, gostaria de extrair navetes⁹ que conduzam os fios deste pequeno recorte na ordem do discurso da sexualidade.

Governo após governo, vemos novas políticas de controle social, apagamento de corpos do espaço público, temas como erotismo, homoerotismo , múltiplos parceiros, prazer anal, prazer oral sendo furiosamente perseguidos. Comportamentos que devem ser controlados no espaço urbano em nome da Ordem e do Progresso, da Família e dos Bons-costumes. O depravado sexual, o libertino e a puta se tornam uma espécie alheia ao humano, recebem nome, história e hábitat. Prazeres sexuais tabuizados pela crença no sexo produtivo. Corpos apagados. Preso em uma ordem do discurso que depura o que pode

9. Pequena peça de madeira que conduz o fio na tecelagem manual. Lembrando aqui a relação entre texto e tecido.

ou não ser dito, que atua como dispositivo de controle populacional, o sexo é silenciado. Afastar sexualidades do ambiente urbano é um processo histórico em nossa sociedade, e para isso articulam-se discursos médicos, jurídicos e educacionais, e a política do sexo se estrutura como um forte movimento de opressão à fala. Enquanto a moral é o véu que recobre as interpretações sobre o sexo, a censura produz a ordem, disciplina prazeres e hábitos, e os corpos se tornam dóceis.

Vivemos, hoje, outro período conturbado da história política brasileira. Articulado silenciosamente pela elite brasileira, a cadeira de presidente é sarrupada e dá-se um novo golpe. Michel Temer toma a presidência em 2016, e um novo plano de “desenvolvimento” econômico surge com o governo ilegítimo.

Reformas na previdência social, trabalhista e educacional refletem-se na população como cortes da aposentaria, arrocho salarial, cortes em direitos adquiridos e cortes na educação – reformas após reformas são implantadas no território nacional. Momento conflituoso, politicamente instável e revoltante. Nas ruas, gritos de censura a pinturas, imagens e performances são contrastantes com pedidos de “liberdade amorosa”, de “visibilidade LGBTT”. O que nos faz retomar a pergunta de Michel Foucault: “[o que] há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1970, p.8).

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Coautoria de J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2007. A favor de Marx. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar; 1979.
- BATAILLE, Georges. O erotismo. Tradução de Antonio Carlos Viana. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1987. 255 p.
- COURTINE, J. J. (1999). O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC. Brasília, DF, 2015. EDUCAÇÃO, HIGIENE E EUGENIA NO ESTADO NOVO: AS PALESTRAS DE SAVINO
- GASPARINI TRANSMITIDAS PELA RÁDIO TUPI (1939-1940). Cadernos de História da Educação: Edufu, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13152>>. Acesso em: 28 set. 2017
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio ed. São Paulo, SP: Loyola, 2014. 74 p. (Leituras filosóficas). ISBN 9788515013593 (broch.).

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade 1 : A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza daCosta Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise: A história do movimento psicanalítico ; O futuro de uma ilusão ; O mal-estar na civilização ; Esboço de psicanálise*. São Paulo, SP: Abril, 1978. xvii, 246

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro, RJ: RelumeDumará, 2001. 313 p.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª. ed. Trad. Bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Sites consultados

Folha Gospel. <http://folhagospel.com/marco-feliciano-e-marisa-lobo-participam-de-debate-sobre-cura-gay-no-superpop/>

Último Segundo. Minas Gerais. *Holocausto brasileiro: 60 mil morreram em manicômio em Minas Gerais*. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-07-12/holocausto-brasileiro-60-mil-morreram-em-manicomio-de-minas-gerais.html>

YOUTUBE. Vídeo sobre o Projeto de Decreto Legislativo 234/11 (fala do deputado João Campos) <https://www.youtube.com/watch?v=5msbRL3WAoY>